



GT 13. Antropologia dos direitos e das moralidades: Estado, "violência" e

Coordenador(es):

Flavia Medeiros Santos (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Lucia Eilbaum (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O GT debaterá práticas, sentidos e valores associados a processos de configuração da “violência de estado” nas suas dimensões políticas, sociais e morais. Consideramos “violência” como categoria local, relacional e polissêmica, interessando discutir etnografias que analisem processos e/ou casos classificados como violência e como esta categoria têm efeitos na produção de direitos, moralidades e nas práticas de intervenção estatal e/ou paraestatal. O GT terá como questões: como se constroem práticas e moralidades em torno da categoria violência de estado?; como são criados, manipulados, incorporados, legitimados e/ou naturalizados dispositivos que resultam em processos e/ou casos definidos como violência de estado?; como se estabelecem movimentos sociais e processos políticos de demanda por direitos humanos e luta contra a violência de estado?; como casos denunciados como violência de estado repercutem? Esperamos trabalhos que analisem a relação entre violência de estado e direitos humanos, sua profundidade e continuidade histórica e categorias que lhe dão forma em processos sociais singulares. Em especial, etnografias que discutam práticas estatais e dispositivos de intervenção (burocráticos, judiciais, policiais, administrativos); processos de demandas e mobilização por direitos, considerando regimes políticos distintos e; contextos de demanda por justiça, verdade, memória, reparação, e denúncia de violência institucional, extermínio, terrorismo de estado e genocídio.

Em meio a lanças e escudos: as controvérsias em torno da ideia de "Direitos Humanos" entre policiais e outros profissionais do campo da Segurança Pública

Autoria: Marcos Alexandre Veríssimo da Silva (ineac), Bruno Mibielli

Os usos, abusos e controvérsias em torno da noção de “Direitos Humanos”, bem como suas apropriações e interpretações por diferentes e diversos grupos, se configuram, no campo das políticas públicas de segurança e das práticas policiais como um interessante ponto de observação sobre valores e moralidades sob um ponto de vista antropológico. Desse modo, o objetivo da presente proposta é colocar sob descrição os debates (muitas vezes bastante acalorados) que os proponentes vêm tendo a oportunidade de participar, no meio acadêmico, juntamente com pessoas que trabalham em corporações empregadas nas políticas públicas de segurança e controle social. PMs, policiais civis, agentes do chamado “sistema carcerário”, guardas municipais e integrantes das Forças Armadas, matriculados como estudantes no curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense, na modalidade semipresencial, através do consórcio CEDERJ-CECIEJ de educação à distância. Os autores desta proposta integram o Laboratório de Iniciação Acadêmica em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (LABIAC), grupo criado com o intuito de propor a socialização acadêmica dos estudantes do tecnólogo “geralmente forjados pelo ethos militar ou militarizado de suas corporações de origem” por meio dos Grupos de Estudo em Segurança Pública (GESP) que promovem encontros entre professores e estudantes nos polos regionais do CEDERJ-CECIEJ. Através da realização de seminários, mesas redondas, grupos de estudo, grupos de works e outras atividades sediadas no âmbito universitário, temos a oportunidade de ver surgir as tensões do embate entre as pretensões universalizantes do ideário em torno dos “Direitos Humanos” com as moralidades aparentemente idiossincráticas que operam amplamente na sociedade e formatam as práticas policiais. A descrição de situações vividas no bojo de tal experiência, seguida de propostas interpretativas elaboradas a partir do



referencial teórico das ciências sociais, é a forma como os autores pretendem produzir o work final visando assim participar do debate neste Grupo de work.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: